



SEMPRE EM FRENTE

Bahia é destaque entre os 10 tribunais de médio porte do País, segundo o CNJ

SEMANAS DE
CONCILIAÇÃO

De 20 de novembro a 1º de dezembro

CARTÓRIO
INTEGRADO

Interiorização começa por Itabuna

TECNOLOGIA
A SERVIÇO DA JUSTIÇA

Ferramenta agiliza processos nas varas crime



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!



[facebook.com/TribunalJusticaBA](https://www.facebook.com/TribunalJusticaBA)



[instagram.com/tjbaoficial](https://www.instagram.com/tjbaoficial)



twitter.com/tjbahia



[youtube.com/tribunaljusticaba](https://www.youtube.com/tribunaljusticaba)



[flickr.com/tjbahia](https://www.flickr.com/tjbahia)



[soundcloud.com/tjbahia](https://www.soundcloud.com/tjbahia)



Expediente

Presidente

Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago

1º. Vice-presidente

Desa. Maria da Purificação da Silva

2º. vice-presidente

Desa. Lícia de Castro Laranjeira Carvalho

Corregedor-geral da Justiça

Des. Osvaldo de Almeida Bomfim

Corregedoria das Comarcas do Interior

Desa. Cynthia Maria Pina Resende

Conselho Editorial

Juíza Verônica Ramiro

Carlos Machado

Cícero Moura

Flávio Novaes

Igor Caires

Joana Pinheiro

Assessoria de Comunicação / Jornalista Responsável

Flávio Novaes (DRT-1724) - Coordenação editorial

Edição

Ronaldo Jacobina (DRT-2348)

Reportagem e textos

Ari Donato (DRT-712)

Projeto Gráfico

Adriano Biset Queiroz

Repórter Fotográfico

Nei Pinto

Colunista

Adriana Barreto

Estagiários

Marcos Maia

Secretária

Surânia Franco Lima Sales

Colaboradores

Carlos Machado

Rayane Araújo

Ana Paula Santana

Revista Eletrônica TJBA EM AÇÃO,
Nº 15, Ano II, Setembro de 2017

www.tjba.jus.br • e-mail: ascom@tjba.jus.br

Tel.: (71) 3372.5037 / 5038 / 5538

whatsapp (71) 98118.2361



Com a palavra ...

É com muita satisfação que entregamos mais uma edição de nossa Revista TJBA EM AÇÃO. Estação das flores, verão que se aproxima e nós juntos trabalhando para levar a vocês matérias informativas e agradáveis. Como é bom saber que o Tribunal de Justiça da Bahia foi destaque entre os 10 tribunais de médio porte do país avaliados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através do relatório Justiça em Números 2017. De acordo com o documento, divulgado no último dia 4 de setembro, o TJBA registrou um índice de 84,7, ficando atrás apenas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (90,8). O número alcançado pelo tribunal baiano foi 60% maior que a média registrada pelas outras nove cortes do mesmo porte. Nesta gestão, já promovemos a digitalização de cerca de meio milhão de processos. Queremos, podemos e vamos fazer mais.

De 20 de novembro a 1º de dezembro deste ano, as unidades judiciais da Bahia estarão voltadas para conciliar. Juízes titulares, auxiliares ou substitutos; servidores; conciliadores; advogados; estudantes e qualquer cidadão que tenha processo em trâmite na Justiça Comum podem contribuir. O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), coordenará, pela primeira vez, o Movimento pela Conciliação do TJBA. Na conciliação a solução do conflito é mais salutar, sobretudo porque decorre fundamentalmente de uma concessão mútua entre as partes, devidamente orientadas. Todos ganham quando se estabelece um consenso e este Tribunal tem total interesse em disponibilizar e incentivar esse importante meio de pacificação social. Neste número você encontrará maiores informações sobre a semana da conciliação.

Os cartórios integrados são uma iniciativa de sucesso que vem contribuindo bastante para uma melhor prestação jurisdicional. Depois das cinco unidades instaladas em Salvador, partimos para o interior. O cartório integrado das varas cíveis da comarca de Itabuna, região sul do estado, é o primeiro de muitos que virão e você poderá saber mais sobre isso, é só ler a matéria intitulada "Rumo ao interior".

Muita coisa está acontecendo e nossa Revista cuida da cobertura para que você não perca nada. Recadastramento dos aposentados, semana de sentenças e baixas processuais, encontro Fonamec, curso Justiça Restaurativa: Novos Rumos para a Justiça Criminal e a programação do mês do servidor são pauta da nossa equipe e a cobertura completa estará no próximo número. Mas fique atento, a inscrição para o concurso de redação já se encontra aberta.

Por fim, temos um novo canal de comunicação. Agora suas dúvidas, comentários, sugestões e críticas podem ser enviados para o email revista@tjba.jus.br e sua carta poderá ser publicada na Revista. Aproveite e participe. Diga o que gostou e o que não gostou, mande um artigo/texto/poesia que gostaria de publicar, diga qual o assunto gostaria de ver abordado na coluna "Tirando de Letra". A Revista é nossa, vamos fazê-la juntos. Boa leitura.

Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago
Presidente



CIRANDA DO SABER

INCENTIVAR A LEITURA,
PARA PRODUZIR CONHECIMENTO

DOE, LEVE, LEIA, TROQUE...

LOCAL DAS DOAÇÕES:

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO - NDI (SALA 3, PRÉDIO ANEXO)
BIBLIOTECA - TJBA | BIBLIOTECA - FÓRUM RUY BARBOSA

OBSERVAÇÃO: OS LIVROS DEVERÃO ESTAR EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO

SUMÁRIO



6

6 Justiça em Números



10

10 Inteligência Artificial

14 Rumo ao interior

18 Setembro Amarelo

22 Semanas de Conciliação



14



22

26 Caminho mais curto

30 Álbum de Trabalho

32 TJ Social

34 Justiça Cult

38 Tirando de Letra



26

JUSTIÇA EM NÚMEROS

TJBA é destaque entre os dez tribunais de médio porte do País avaliados pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ

O Tribunal de Justiça da Bahia foi destaque entre os 10 tribunais de médio porte do país avaliados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através do relatório Justiça em Números 2017. O levantamento busca ampliar o conhecimento acerca do Judiciário nacional por meio da coleta de dados estatísticos e elaboração de indicadores que apontam o desempenho de cada tribunal brasileiro.

O melhor resultado da corte baiana foi mensurado através do Índice de Processos Eletrônicos (ProcEI), que avalia o percentual de processos ingressados eletronicamente entre os tribunais de Justiça em 2016. De acordo com o documento, divulgado no último dia 4 de setembro, o TJBA registrou um índice de 84,7, ficando atrás apenas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (90,8). O número alcançado pelo tribunal baiano foi 60% maior que a média registrada pelas outras nove cortes do mesmo porte.

Durante a gestão da desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago

à frente do Judiciário baiano, o Tribunal de Justiça da Bahia promoveu a digitalização de cerca de meio milhão de processos, conforme registrado na edição do último mês de junho da revista eletrônica TJBA em Ação. No período, 345.759 autos foram digitalizados em 22 Comarcas do interior. Já em Salvador, outros 113.436 processos deixaram de ser físicos nas varas de relação de consumo, cíveis, familiares e criminais.

O CNJ divide os tribunais brasileiros em grande, médio ou pequeno portes com o objetivo de respeitar as diferentes características no interior do mesmo ramo de justiça, que são: Justiça Estadual (27 tribunais), Justiça do Trabalho (24 tribunais) e Justiça Eleitoral (27 tribunais). O montante de processos que tramitou, assim como o total de magistrados e a força de trabalho, são alguns dos critérios utilizados para a divisão em portes.

Na Bahia, os Núcleos Regionais de Digitalização (Nuredis) vêm reunindo esforços para converter os processos físicos em formato digital com o objetivo

TJBA digitalizou

**MEIO
MILHÃO
DE PROCESSOS**

de 2016 até hoje



Marielza Brandão, juíza assessora da Presidência para assuntos institucionais

Índice de processos eletrônicos- ProcEI



de promover uma maior organização do acervo e dar agilidade a gestão das informações que circulam no judiciário estadual. O ProcEI é calculado a partir da divisão do total de autos eletrônicos novos pelo total de casos novos (exceto as execuções judiciais).

BAIXAS PROCESSUAIS

O Tribunal de Justiça da Bahia foi também a segunda corte nacional, entre os dez tribunais de médio porte do Brasil, a realizar mais baixas processuais em 2016. Durante o período analisado, 820.039 processos foram baixados pela corte baiana, índice inferior apenas ao do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com 922.560 baixas.

Os resultados alcançados pelo judiciário baiano estão 40,81% acima da média apresentada pelos demais tribunais da mesma categoria: 582.365. No quesito índice de produtividade dos magistrados (IPM), os juizes baianos conquistaram o quarto melhor desempenho: 1397. A corte ficou atrás somente dos Tribunais de Justiça do Mato Grosso (2084), Santa Catari-

na (1860) e Goiás (1441). A média dos tribunais de mesmo porte quanto ao IPM foi de 1.396.

Desta maneira, o IPM baiano registrou um crescimento de 53% nos últimos quatro anos, com o volume de processos baixados por juiz, passando de 912, em média, no ano de 2013, para 1.397, em 2016. Ao todo os 587 magistrados do Estado da Bahia baixaram mais de 820 mil processos em um ano.

Outro critério estabelecido foi o índice de produtividade dos servidores (IPS-Jud), indicador que aponta a média de processos baixados por servidor da área judiciária.

Calculado através da relação entre o volume de casos baixados e o número médio de servidores que permaneceram ativos em jurisdição durante todo o ano de 2016, os servidores do TJBA conquistaram a quinta colocação entre as cortes de seu porte. Ficando atrás dos Tribunais de Justiça de Santa Catarina (183), Goiás (165), Mato Grosso (160) e Pará (130), os servidores do

Judiciário baiano ficaram na média dos desempenhos das cortes (129).

Para a juíza assessora da presidência para assuntos institucionais, Marielza Brandão, apesar de o índice de produtividade da Justiça no estado ainda estar abaixo da média nacional (1.773), "é fundamental destacar que o Tribunal de Justiça da Bahia é o que mais recebeu novos casos entre as cortes de médio porte durante o ano passado, com 984.820 novos processos". Neste ponto, a corte baiana está 86% acima da média registrada (529.507).

DESAFIOS

Ciente dos desafios que precisam ser enfrentados, o Tribunal de Justiça da Bahia vem investindo em uma série de ações para melhorar a assistência ao jurisdicionado. O projeto Cartório Integrado, que promoveu a unificação das 20 varas de Relações de Consumo da Capital em cinco unidades, assim como a realização constante de mutirões de saneamento e o trabalho de digitalização do acervo das unidades, são algumas das ações em curso.

O TJBA tem realizado também outras ações para sensibilizar juizes e servidores a serem mais rigorosos com o cadastramento inicial do processo, o que tem impactado nos números.

Para este caso, a corte baiana criou o projeto Cadastrar Melhor, que tem como objetivo capacitar magistrados e servidores para o correto e completo cadastramento inicial do processo (partes, terceiros, classe e assunto), dos documentos intermediários (petições, atos jurisdicionais e atos cartorários) e das movimentações processuais.

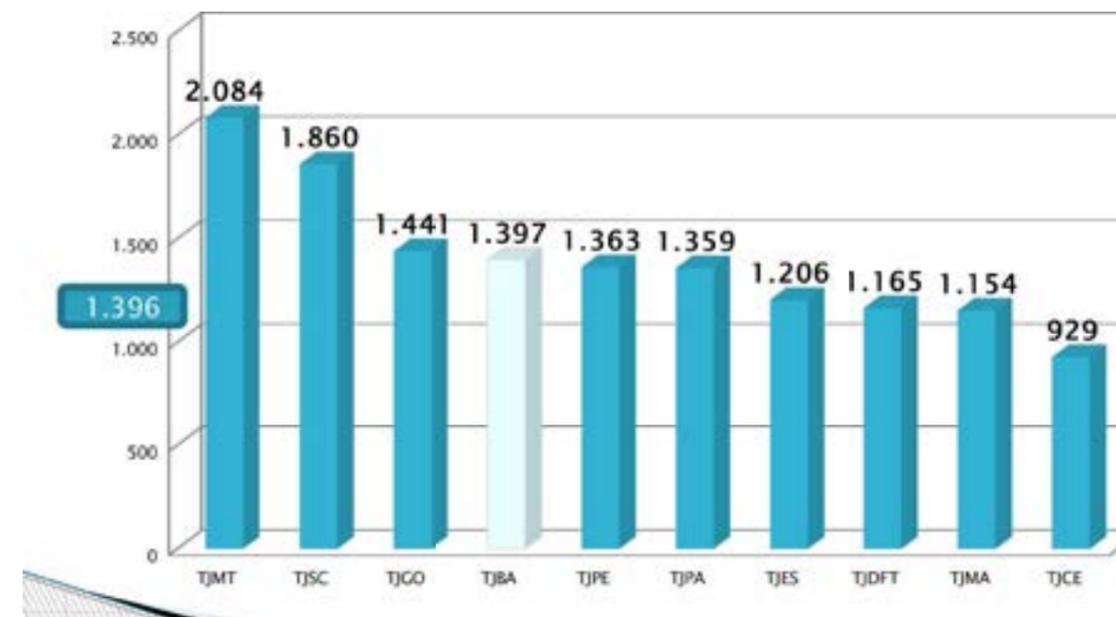
"O cadastro dos processos e dos documentos intermediários, bem como as movimentações realizadas por magistrados e servidores nos processos eletrônicos, muitas vezes, mostra-se incompleto, incoerente ou errôneo, o que impacta diretamente nos resultados do Justiça em Números", explica o juiz Sadraque Rios, idealizador e coordenador do projeto.

Foi com base nesse quadro, que o magistrado resolveu desenvolver o projeto que logo ganhou o apoio da presidente Maria do Socorro Barreto Santiago. "Observamos a baixa qualidade da informação estatística extraída e alguns números, a exemplo daqueles veiculados no relatório Justiça em Números 2017, ficam aquém de nossa verdadeira atuação e potencialidades. Por isso resolvemos enfrentar a situação e mudar essa realidade", conclui o magistrado.



Juiz Sadraque Rios, criador e coordenador do Projeto Cadastrar Melhor

Índice de produtividade dos magistrados - IPM





INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Sistema criado pelo TJBA vai facilitar o trabalho nas Varas Crimes do Estado

Com o objetivo de promover um maior controle dos processos criminais em tramitação no estado da Bahia, o Tribunal de Justiça da Bahia desenvolveu uma ferramenta baseada em computação cognitiva batizada de SmartJud. O programa, que busca oferecer diversos indicadores, entre eles óbitos de réus, mandados de prisão vencidos, controle de carta precatória e de tempo médio de tramitação do processo, entre outros, estará disponível para todas as 34 varas crimes de Salvador a partir do próximo mês de outubro. A inovação também chegará nas comarcas do interior do estado em novembro de 2017.

“Na iniciativa privada, nas mais diversas áreas como bancos, indústrias e hospitais, ferramentas de inteligência artificial como estas já são utilizadas. Agora, estamos trazendo este dispo-

sitivo para a administração pública, e mais especificamente para o Poder Judiciário”, diz o secretário de Tecnologia da Informação e Modernização do Tribunal (SETIM), Leandro Sady. Ele conta que o SmartJud foi introduzido na rotina produtiva da corte a partir do mutirão carcerário, realizado entre janeiro e abril de 2017, para promover um maior controle de ações relativas a prisões provisórias no Estado.

Graças a aplicação do sistema, em um primeiro momento, foram identificados 11 mil processos no estado da Bahia cabíveis de serem baixados porque os réus já estavam mortos. Isso representa aproximadamente 8% de baixa no acervo de processos registrados. Sady explica que a proposta de utilização da ferramenta já estava em desenvolvimento há algum tempo, mas acabou ganhando força, de fato, com o aprofundamento da crise no

sistema carcerário, quando a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, estabeleceu que todos os Tribunais de Justiça realizassem o saneamento de processos relativos a presos provisórios.

“A partir daquela demanda do CNJ, nós encontramos elementos que pudessem dar o ponto de partida, por onde começaríamos com o projeto. A presidência queria dados e relatórios estatísticos de execuções relativas às atividades realizadas no mutirão”, recorda.

A partir daí, o sistema cognitivo que possibilita uma espécie de parceria entre inteligência artificial e seres humanos, passou a ser utilizado para sanear processos dispostos nas varas envolvidas na ação. O principal objetivo era extrair informações através de parâmetros estabelecidos de acordo com os

interesses do usuário. O primeiro critério buscava identificar quantos processos do saneamento eram referentes a presos provisórios.

O objetivo era detectar quantos desses processos estavam sem registro de movimentação em períodos superiores a 30, 60 ou 90 dias. Por fim, foi utilizado como indicador, a base de óbitos do Sistema de Controle de Certidões (SCC). O secretário explica que a ferramenta de gestão dá subsídios para que os magistrados aperfeiçoem o trabalho em suas unidades com base nos diversos tipos de indicadores. Se existe, por exemplo, um processo com um réu morto no acervo, acaba sendo possível realizar a baixa dessa documentação.

“Com esse parâmetro, é realizada uma busca junto ao SCC para extrair e relacionar os nomes de pessoas mortas com processos registrados. Outra informação verificada é o do nome da mãe do indivíduo, para evitar confusões relacionadas a homônimos”, explica. Após o sucesso na utilização da ferramenta durante o mutirão, era necessário testar suas funcionalidades no contexto dos desafios e problemas enfrentados pelas varas criminais do estado em suas rotinas cartorárias. E foi justamente com esse intuito que a 1ª Vara de Tóxicos da Comarca de

Salvador, localizada no primeiro andar do Fórum Criminal de Sussuarana, foi selecionada.

Fábio Miranda Franco, diretor de cartório da unidade, revela que a implantação da ferramenta tem resultado em um processo constante de colaboração com a SETIM para aperfeiçoá-la e adequá-la às necessidades do Tribunal. A unidade realiza o controle de óbitos de réus desde 2012, através de um trabalho que consiste em acompanhar as

ocorrências noticiadas nas páginas policiais dos principais jornais da capital, em busca de vítimas de violência que possivelmente fossem réus em processos em tramitação na vara. Quando um desses nomes era identificado, a informação era confirmada, ou não, através do contato com o Departamento de Polícia Técnica (DPT).

Isso antes de um sistema de busca de registro civil ser disponibilizado pelo TJBA. Após a informação, a reporta-

“

O SmartJud dá subsídios para que os magistrados aperfeiçoem o trabalho em suas unidades com base nos diversos tipos de indicadores que podem resultar na baixa processual

”

*Leandro Sady
Secretário de Tecnologia
da Informação e Modernização*



O Secretário Leandro Sady apresenta o SmartJud durante reunião do Pacto pela Vida

gem do veículo de comunicação era anexado aos autos processuais para realização do arquivamento. "Acredito que quando essa ferramenta de trabalho for usada em uma vara que nunca fez esse tipo de trabalho que nós estamos acostumados, o êxito será muito maior. Será possível enxugar o acervo", avalia. Atualmente, a unidade segue conseguindo manter uma média de, no máximo, 1,5 mil processos ativos em seu acervo.

O SmartJud foi apresentado com boa recepção durante um ciclo de debates promovido durante a última edição do Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, realizado em Salvador, no início de junho e, em uma das reuniões do programa Pacto Pela Vida, capitaneado pelo governo do Estado. A apresentação no Encontro

detalhada para o CNJ em um futuro próximo. Mas antes disso, ele apresentará o SmartJud na 12ª edição do Congresso de Inovação do Poder Judiciário (Conip), que acontece no final de setembro, em Brasília (DF).

Além da comprovada trajetória de sucesso da ferramenta cognitiva, a equipe da SETIM segue empenhada no desenvolvimento de ideias inovadoras que busquem atender os objetivos estabelecidas pelo Mapa Estratégico 2015/2020. "Nós que trabalhamos nas varas criminais temos uma responsa-

bilidade do tamanho do mundo porque lidamos diretamente com um dos bens jurídicos mais importantes que é a liberdade. Cada ferramenta que venha para auxiliar na prestação de um serviço jurisdicional melhor, mais rápido e mais eficaz, só vem a contribuir", conclui Miranda Franco.

Sady espera que os benefícios do SmartJud sejam desenvolvidos e futuramente expandidos para outras áreas de atuação do tribunal, uma vez que o projeto tem recebido o apoio da atual gestão e dos demais desembargadores.



A 1ª Vara de Tóxicos de Salvador, no Fórum Criminal de Sussuarana foi selecionada para utilizar a ferramenta

34

COMARCAS CONTEMPLADAS A PARTIR DE OUTUBRO

do Conselho dos Tribunais de Justiça, inclusive, possibilitou que o dispositivo fosse apresentado em outras ocasiões. Neste sentido, Sady representou o TJBA, a convite do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, durante o 5º Fórum TIC na Justiça no último mês de agosto.

Na época, depois do evento de informática que discutiu soluções de TI voltadas para órgãos de justiça em Campo Grande (MS), o projeto de gestão de processos foi citado pela presidente Maria do Socorro Barreto Santiago e colocado à disposição do CNJ durante um dos encontros periodicamente realizados entre os presidentes dos Tribunais de Justiça do País e a ministra Cármen Lúcia, em Brasília. O Conselho demonstrou interesse na ferramenta, e Sady deve promover uma apresentação mais

APOSENTADOS DO PODER JUDICIÁRIO DA BAHIA, FIQUEM ATENTOS AO PRAZO



RECADASTRAMENTO

2017

01/09 A 30/11

LOCAIS: SAC'S, SAC SERVIDOR (BOCA DO RIO) E PONTOS CIDADÃO



Quinto Cartório Integrado, que reúne as 4ª, 17ª, 18ª e 20ª Varas de Consumo da capital, já está em pleno funcionamento, no edifício Orlando Gomes, anexo ao Fórum Ruy Barbosa, em Nazaré

RUMO AO INTERIOR

Após a implantação de cinco unidades na capital, o Cartório Integrado inicia nova fase nas comarcas do interior

O Tribunal de Justiça da Bahia concluiu a primeira etapa de um bem-sucedido ciclo, iniciado há um ano, com a inauguração do 5º cartório Integrado das Varas de Relação de consumo da comarca de Salvador. Instalado pela presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, no último dia 22 de agosto, a unidade reúne desta vez as 4ª, 17ª, 18ª e 20ª Varas de Consumo da capital com o objetivo de dar continuidade ao projeto de aprimorar e agilizar o atendimento ao jurisdicionado.

Agora, o projeto inspirado na iniciativa aplicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo desde 2014, com o nome de "Cartório do Futuro", prepara-se para ser interiorizado com a instalação do cartório integrado das varas cíveis da comarca de Itabuna, região sul do estado. "Esse projeto instalado em Salvador nos capacita para que essa boa

prática seja implantada em qualquer competência", comemorou o diretor de Primeiro Grau (DPG), Cícero Moura.

O gestor afirmou que todas as varas que integram as cinco unidades registraram um aumento de produtividade em relação ao momento em que operavam separadamente. Diferente do processo de implantação do "Cartório do Futuro" em São Paulo, as unidades soteropolitanas não registraram queda na produtividade. "Tivemos o cuidado de realizar um treinamento com os servidores, e graças ao empenho deles, sempre produzimos mais do que produzíamos quando as unidades estavam separadas", destacou.

Desde o início de suas atividades no último dia 14 de agosto, a equipe do primeiro cartório realizou a análise de cinco mil dos 37.859 processos de seu acervo. Neste período, 600 foram arquivados, 500 publicados, e foram juntadas três mil petições. "Os cartórios

integrados são uma inovação muito grande porque consiste em um único cartório para atender a quatro varas com metodologias iguais, direcionamentos iguais, e que já trabalharam juntos anteriormente também", disse a juíza Alicia Pinto Fragoso Modesto, corregedora da nova unidade.

As unidades funcionam a partir da setorização das unidades em quatro diretorias: atendimento, movimentação, administrativa e cumprimento e expedição. A primeira opera com um servidor designado para a direção, concentrado exclusivamente na tarefa de atender os advogados que procuram a unidade, com o auxílio de um grupo de estagiários. Já na diretoria de movimentação, um dos servidores lidera uma equipe especialmente concentrada em movimentar os processos através do sistema E-Saj.

A diretoria administrativa cuida de assuntos relativos a férias dos servidores e produção de relatórios, entre outras, enquanto a diretoria de Cumprimento e Expedição fica responsável pelo cumprimento das determinações e demais documentos judiciais que

devem ser remetidos para fora do cartório. "Com a unidade dividida em setores, o trabalho flui bem melhor", diz a juíza Rita de Cássia Ramos de Carvalho, corregedora do 1º Cartório Integrado, que reúne as 2ª, 5ª, 10ª e 11ª Varas de Relações de Consumo.

De acordo com a magistrada, este regime de trabalho permite que o gabinete dos juizes torne-se um ambiente muito mais produtivo. Além de um assessor pessoal, os magistrados do cartório integrado também contam com o suporte de um outro servidor que acaba servindo de elo entre o gabinete e as demais diretorias. "Com este método, o juiz pode concentrar mais nas decisões e sentenças que preferirá", avalia. Ramos de Carvalho também ressalta que a produtividade dos servidores melhorou a partir do momento em que estes ficam focados em uma determinada atividade do trabalho, sem ter de realizar outras funções.

Coincidentemente, a inauguração do quinto cartório integrado aconteceu no aniversário de um ano de funcionamento do projeto-piloto, inaugurado em 19 de agosto de 2016, o



Cícero Moura, diretor de Primeiro Grau do Tribunal de Justiça da Bahia

primeiro cartório integrado passou a funcionar efetivamente no dia 22 do mesmo mês. A varas que integram a 1ª unidade do projeto foram reunidas de acordo com a quantidade de processos digitalizados em seus respectivos acervos.

INTERIOR

A interiorização do projeto dos Cartórios Integrados começará pela união das cinco varas cíveis de Itabuna, que será inaugurada no início de outubro. A instalação foi solicitada pelos juizes Fábio Melo Veiga, Rosineide Almeida de Andrade, André Luís Santos Brito, Gláucio Rogério Lopes Klipel e Antonio Carlos de Souza Hygino, responsáveis pelas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª vara cível, respectivamente.

O grupo propôs a integração com o objetivo de evitar que o desempenho das unidades, no que diz respeito a baixa processual, seja futuramente com-

prometido com a constante redução no quadro de servidores da comarca. "Entendemos que esse projeto poderia ser uma alternativa para otimizar esses servidores dos nossos cartórios das cinco varas cíveis de Itabuna. Como a experiência em Salvador é muito positiva, entendemos que poderíamos fazer essa implantação", conta Lopes Klipel.

O magistrado se mostrou animado com o início do novo ciclo. Disse que espera que o modelo integrado venha melhorar ainda mais a produtividade dos cartórios cíveis da comarca que já é bastante positiva. "Por exemplo, a gente dificilmente tem déficit na taxa de congestionamento. Acredito que consigamos baixar a mesma quantidade de processos que entram nestas varas, mesmo na atual situação, anterior ao cartório integrado", defende.

Até o fechamento desta edição, o juiz coordenador da unidade ainda não havia sido escolhido. A designação

costuma ocorrer após a conclusão do treinamento realizado pela Universidade Corporativa (Unicorp), em parceria com a Diretoria de 1º Grau. Na ocasião, o perfil dos magistrados e servidores é analisado com o intuito de direcioná-los para ocupar funções correspondentes a suas personalidades.

As juízas Rita de Cássia Ramos de Carvalho, do 1º Cartório, e Júnia Araújo Ribeiro Dias, do 3º Cartório (que reúne a 3ª, 6ª, 14ª e 16ª Varas de Relações de Consumo) participaram do primeiro dia de capacitação. Elas dividiram informações e vivências com os futuros responsáveis pelas novas unidades durante uma mesa redonda. "Também respondemos perguntas tanto da coordenadora pedagógica da Unicorp, como também dos juizes e dos servidores. É natural que alguns fiquem apreensivos, pois o novo realmente assusta", avaliou a juíza. Ainda este ano o projeto Cartório Integrado serpa implementado nas Varas de Família.



Presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago encerra a primeira fase do projeto de Cartórios Integrados na comarca de Salvador, com a inauguração da 5ª unidade

4º Concurso de Redação

26/9 A 11/10

Tema: "Sustentabilidade no Serviço Público: E eu com isso?"

Envie sua redação!
E-mail: unicorp.redacao@tjba.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
UNICORP UNIVERSIDADE CORPORATIVA TJBA



UMA PALAVRA AMIGA

TJBA adere a campanha Setembro Amarelo de prevenção ao suicídio

O pensamento suicida é da natureza humana, e especialistas em tratamento mental advertem que a prevenção contra essa ação é da obrigação de todos, especialmente das autoridades da área de saúde pública. A possibilidade de cometer suicídio, entendem voluntários do Centro de Valorização da Vida (CVV), associação de apoio emocional e prevenção, é comum entre pessoas "exaustas por

dentro e emocionalmente fragilizadas", e resulta de crises que variam de duração, maior ou menor.

Para a professora e doutora em Ciências da Saúde, Miriam Elza Gorender, do Departamento de Neurociências e Saúde Mental da Universidade Federal da Bahia (Ufba), a tendência patológica para o suicídio está ligada a uma doença. "O estresse era apontado principal fator, mas outro

aspecto começou a ser visto como altamente ligado ao suicídio, que é a doença mental", disse durante palestra para servidores do Tribunal de Justiça da Bahia.

Na avaliação da professora, o suicídio é um problema de saúde pública, que deve ser tratado sob essa ótica e sem preconceitos. "Há muita reação adversa às pessoas nessa situação, há muito tabu, e tudo isso necessita ser

vencido, ser superado, em paralelo a uma política específica", defendeu, ensinando que não basta dizer a alguém que ameace suicídio palavras corriqueiras: "Deixe disso, não pense dessa forma, a vida é bela; pare com isso!"

A maioria dessas pessoas, diz a professora, apresenta sintomas de transtorno mental, seja na forma de depressão simples ou na forma bipolar; de dependência química do álcool ou de drogas; e de esquizofrenia. "O percentual de sintomas mentais nos casos de suicídio ou de tentativas chega a 96,8%, e, por isso, as pessoas necessitam de um acompanhamento, de um tratamento médico, enfim, precisam de ajuda, de entendimento, e não de isolamento", completou a doutora.

O servidor João Eudes, da Diretoria de Assistência à Saúde do Tribunal de Justiça da Bahia diz, com base em uma experiência de vários anos como voluntário do CVV, que variadas razões podem levar uma pessoa ao suicídio. "Cobranças sociais, culpa e remorso; depressão, ansiedade, medo, fracasso e humilhação, são muitos os motivos", citou o servidor, acrescentando que, também são várias as formas de ajuda preventiva ou de socorro diante de uma crise emocional.

Citando o CVV como fonte, João Eudes explicou que ao receber uma

ajuda ou um socorro "a pessoa com pensamento suicida pode desistir do intento, mudar seu estado interior, após falar dos seus sentimentos abalados". A ajuda tanto pode vir da parte de organizações voluntárias, como do próprio CVV, quanto de profissionais. "Vivemos momentos assim, diariamente, no centro, ouvindo e conversando com essas pessoas, e posso garantir que os resultados são positivos", completa.

Há uma passagem bíblica, em Lucas 12:15, onde Cristo, na parábola do homem rico, diz que a importância de cada um, ainda que viva na abundância, não depende de riquezas, mas da solidariedade, da misericórdia, da partilha. A mensagem cristã enaltece, não a guarda de bens materiais, mas a capacidade de se aproximar de quem sofre. Seguindo essa linha espiritual, também a professora Miriam Elza Gorender, entende que as pessoas podem ajudar, e que as autoridades de saúde devem ter por objeto o estudo das doenças, sua origem, causas e sintomas.

PREVENÇÃO

Conforme a Organização Mundial de Saúde, 90% dos casos de suicídio podem ser prevenidos, desde que existam condições mínimas para oferta de ajuda voluntária ou profissional. No Brasil, o Centro de Valorização da

Vida (CVV), com mais de 2 mil voluntários em todo o país, atua nesse sentido há mais de 50 anos. As pessoas que precisam de ajuda podem recorrer ao CVV, que atende por telefone, chat, Skype, e-mail e pessoalmente.



O CVV - Centro de Valorização da Vida realiza apoio emocional e prevenção do suicídio, atendendo voluntária e gratuitamente todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo por telefone, email, chat e voip 24 horas todos os dias.

LIGUE 141 - WWW.CVV.ORG.BR



Voluntário João Eudes



Professora e doutora em Ciências da Saúde, Miriam Elza Gorender realizou palestra no TJBA



Desembargadora Maria Adna Aguiar, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, entregou a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da Bahia – Comenda Ministro Coqueijo Costa, à presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, no Salão Nobre da Reitoria da UFBA

Semanas de conciliação

- 20/11 a 01/12 - 2017



Porque conciliar é fácil e simples

Compartilhe dessa ideia!
#OxeConcilie #ConciliaçãoTJBA

A HORA DO ACORDO

Tribunal de Justiça da Bahia promove
Semana de Conciliação

Conciliar é fácil e simples, dispensa provas ou testemunhas. A solução do conflito acontece de forma conjunta e o acordo vale como decisão judicial. As partes do processo, advogados, magistrados e o Tribunal de Justiça da Bahia, todos ganham quando se estabelece um consenso.

Por isso, o TJBA valoriza essa ação e investe no Movimento pela Conciliação. De 20 de novembro a 1º de dezembro deste ano, as unidades judiciais da Bahia estarão voltadas para conciliar. O Decreto Judiciário nº 837, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 15/9, determina as ações e os prazos.

Juizes titulares, auxiliares ou substitutos; servidores; conciliadores; advogados; estudantes; e qualquer cidadão que tenha processo em trâmite na Justiça Comum podem contribuir para melhores resultados. Os Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos (Cejusc) / Balcões de Justiça, que buscam solucionar o impasse antes de ser judicializado, também estão mobilizados para concentrar audiências nas semanas da campanha.

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), vinculado à Assessoria Especial da Presidência (AEP – II), coordena, pela primeira vez, o Movimento pela Conciliação do TJBA. A ação engloba uma semana de iniciativa e promoção estadual e a Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Nupemec mobiliza magistrados, faculdades, representantes dos governos municipais e estadual e instituições parceiras, como OAB, Ministério Público e Defensoria Pública para troca de experiências e coleta de sugestões. A intenção é formatar as semanas de forma colaborativa com a comarca da capital e todas as comarcas do interior.

O TJBA considera a Resolução do CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010, e a Recomendação CNJ nº 8, de 27 de fevereiro de 2007, que orientam os Tribunais a realizarem estudos e promoverem o planejamento e a execução de ações objetivando o Movimento pela Conciliação.

Já realizou a inscrição do processo?

Anote no post it para não esquecer.
O prazo está aberto e se encerra
no dia 15 de outubro

Quem pode cadastrar processos?

Partes ou advogados. É só informar o número da ação, no campo de inscrição na página do Nupemec - acesso pelo site do TJBA

Tenho várias ações para conciliar, como inscrevê-las?

Basta fazer uma lista no Excel com a numeração de todas e enviar o arquivo de uma só vez

Todos os processos inscritos serão selecionados?

Só aqueles possíveis de fechar um acordo.
A pauta será publicada de **15/10 a 16/11**. Entram processos cadastrados pelas partes e advogados e os selecionados pelas varas por conta própria

Por que ser voluntário?

É uma porta aberta para novas oportunidades e experiências.
Estudantes ou profissionais podem se inscrever e participar.
Ao final, recebem o certificado

O que o voluntário faz?

Ajuda a equipe da unidade no que for preciso, como aplicar formulários, auxiliar na audiência, elaborar estatísticas, entre outras atividades

E qual a função do conciliador?

Analisar o conflito junto com as partes e sugerir soluções para que todos deem as mãos e fechem um acordo

Quem são os conciliadores?

São profissionais capacitados pelo TJBA, em curso com 40 horas teóricas e 60 horas de prática supervisionada

Como os magistrados podem ajudar?

Eles devem priorizar, com agendamento, o quantitativo máximo possível de conciliações para as Semanas, sem prejuízo das audiências de qualquer outra natureza

Quais as vantagens de conciliar?

O trâmite do processo é mais rápido porque o acordo é feito na audiência, por meio de concessões.
As partes não gastam com documentos e produção de provas, nem sofrem o desgaste emocional de manter um conflito por tempo indeterminado

Quais tipos de conflito cabem um acordo?

- Pensão alimentícia
- Guarda de filhos
- Dissolução de união estável
- Reconhecimento de paternidade
- Divórcio e inventário
- Acidentes de trânsito
- Situação de discriminação ou violência
- Cobranças indevidas
- Dívidas com instituições bancárias
- Débitos com estabelecimentos comerciais e de ensino
- Problemas com concessionárias de água, luz e telefone, etc

Ainda tem dúvidas?

O Nupemec - Núcleo do TJBA responsável pelas Semanas de Conciliação – está disponível pelo telefone **(71) 3372-5049** ou e-mail conciliar@tjba.jus.br

Fique atento aos prazos!

#OxeConcilie #ConciliaçãoTJBA

Inscrição e seleção de processos: **até 15/10**

Inscrição de voluntários: **até fechar o número de vagas**

Indicação da equipe de trabalho da unidade: **até 25/09**

Encaminhamento ao Nupemec da quantidade de processos selecionados: **de 15/10 a 24/10**

Publicação da pauta de audiências: **de 15/10 a 17/11**



CAMINHO MAIS CURTO

Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos evita a judicialização de processos através de acordos mediados por especialistas

Desempregado, o ex-marido de Sueli Silva Gomes não pagava a pensão da filha deles de 5 anos. A única ajuda recebida vinha da avó paterna da criança. Sueli não teve outra saída que não judicializar a questão. Uma amiga lhe falou sobre o Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos (Cejus). E lá foi ela atrás dos direitos da filha. “Foi tudo rápido, fechamos um acordo e não tive que entrar com um processo judicial”, disse.

Os Cejusc são responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação, sejam elas pré-processuais ou processuais, além de ter como objetivo incentivar a autocomposição. Sueli pode comprovar isso na prática, pois solicitou ao pai de sua filha para que tentasse um acordo no Cejusc de Mussurunga, e ele, de bom grado, aceitou. “Fechamos um acordo em um valor que não ficasse pesado pra ele, e assim, de certa forma, todos saímos ganhando”, comemora.

O mesmo aconteceu com a promotora de vendas, Thielle Santos Paixão. O filho estava sem receber ajuda finan-

ceira, e antes de entrar com um processo judicial ela procurou a unidade do Cejusc de Pau da Lima e, em 20 dias, já estava com o acordo fechado com o ex-marido, pai do seu filho. “Antes disso, meu filho não tinha uma ajuda financeira fixa do pai, nem mesmo um dia certo para receber. Com o acordo isso mudou”, contou.

Em busca de uma justiça cada vez mais envolvida com a conciliação e mediação, a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, inaugurou, do ano passado até aqui, 14 unidades do Cejusc – antigos Balcões de Justiça – em todo o estado.

De acordo com a presidente, a adoção de soluções alternativas de conflitos e o incentivo à conciliação são temas presentes no planejamento estratégico 2015 – 2020 do TJBA e estão entre as prioridades de sua gestão.

“Cobro muito isso da minha equipe administrativa ante a clara percepção da importância das formas de pacificação entre os litigantes e da reper-

“
Foi tudo rápido,
fechamos um acordo
e não tive que entrar
com um processo
judicial

”

Sueli Silva

cussão positiva que a diminuição dos litígios acrescenta à efetiva prestação jurisdicional”, disse.

A advogada e presidente da Associação dos Mediadores Judiciais da Bahia (AMJ-Bahia), Rafaela Moura, explica que em uma audiência de mediação as partes são chamadas pelo nome, e o diálogo é incentivado para que elas identifiquem as questões que estão impactando tanto no processo quanto em suas vidas. “Com uma comunicação fácil e organizada, com as práticas de mediação e sensibilidade, conseguimos fazer com que as partes conversem entre si”, conta.

A mediadora acrescenta ainda que há casos que já duravam 30 anos na Justiça e que agora estão sendo resolvidos com acordos firmados nos centros judiciais. “Com a mediação, as pessoas se percebem capazes de resolver seus próprios conflitos”, ressalta.

BONS RESULTADOS

No período de janeiro a agosto deste ano, foi intermediado um total de

3.176 acordos. Apenas na Comarca de Salvador foram 1.151 sentenças homologatórias. Nas unidades de Itapuã e Cajazeiras – fruto de uma parceria com a Prefeitura Municipal – 514 acordos foram homologados e protocolados, apenas este ano. Em 2016, a unidade do Cejusc de Família realizou um total de 21.934 audiências que resultaram em 13.103 acordos fechados.

Para facilitar o processo para o cidadão, existe o projeto Mutirão da Educação, desenvolvido pela equipe do Cejusc do Consumidor – primeira unidade instalada na Bahia –, onde ações para incentivar os acordos são realizadas em instituições de ensino, como faculdades e escolas. Segundo a coordenadora do Cejusc, juíza Rita Ramos, 80% dos acordos fechados são resultados desse trabalho.

“Procuramos dar total assistência às partes. A pessoa chega, se dirige ao atendimento, registra uma reclamação e, de lá, tomamos a providência de enviar um convite ou entrar em contato com a outra parte”, explica.

O Cejusc foi criado com o objetivo de diminuir o número de acordos judiciais. A Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015) e o novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) determinam que os tribunais criem as unidades. Segundo a Lei de Mediação, “os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação, pré-processuais e processuais, e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição”.

**CEJUSC
DE FAMÍLIA**

21.934

AUDIÊNCIAS REALIZADAS

13.103

ACORDOS FECHADOS



Os Cejusc são responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação, sejam elas pré-processuais ou processuais, além de ter como objetivo incentivar a autocomposição

4ª SEMANA LITERÁRIA

16 a 20 de Outubro - 2017

Inscrição de expositores:

6 de setembro

a 11 de outubro

Local: Fórum do Imbuí

Mais informações

centrocultural@tjba.jus.br

(71) 3372-7767 | 7770 | 5039



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



Cronograma de implantação do PJE 2.0 é definido para a 6ª Turma Recursal

O cronograma de implantação do Processo Judicial Eletrônico 2.0 (PJe 2.0) na 6ª Turma Recursal e na Turma de Uniformização dos Juizados foi definido durante uma reunião realizada pelo grupo de trabalho para gestão do sistema. A nova versão do programa será efetivamente implantada no dia 2 de outubro (segunda-feira), após a suspensão das atividades da atual versão do PJe para a referida atualização nos dias 30 de setembro e 1º de outubro.

1, sexta-feira

Teixeira de Freitas e Porto Seguro ganham unidades judiciais e Cejusc

A presidente do TJBA, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, inaugurou mais um Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc), dessa vez no extremo sul da Bahia, em Teixeira de Freitas. A inauguração aconteceu no dia 31 de agosto. A viagem, que integra o projeto Presidência em Movimento, também contemplou uma visita a Porto Seguro, onde a presidente instalou a 2ª Vara Crime.



5, terça-feira

Vara da Fazenda Pública de Eunápolis e Prefeitura promovem Semana de Conciliação e Cidadania

A 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Eunápolis promoveu a Semana Municipal de Conciliação e Cidadania. O evento aconteceu pelo terceiro ano consecutivo. Segundo o juiz Roberto Costa de Freitas Júnior, tratou-se de um mutirão de conciliações de execuções fiscais propostas pelo município e que foi realizado com apoio da Superintendência de Tributos e Arrecadação da Prefeitura de Eunápolis.



Presidente do TJBA participa dos festejos de 7 de Setembro no município de Coaraci

A presidente do TJBA, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, participou das homenagens pelo Dia da Independência, em Coaraci, sul do Estado, sua terra natal. O desfile das escolas no Dia da Independência do Brasil foi marcado por homenagens a personalidades do município.

6, quarta-feira

Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago recebe título de cidadã itajuipense

A presidente do TJBA, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, recebeu o Título de Cidadã de Itajuípe. A honraria, que a torna cidadã itajuipense foi proposta pelo vereador Ivan Júnior e aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Itajuípe, município localizado na região sul do estado. A cerimônia de entrega contou com as presenças do prefeito do município, Marcone Leal, do presidente da Câmara, Gean Márcio de Souza Silva e demais vereadores.



11, segunda-feira

Unidades do Cejusc fizeram 3.176 acordos de janeiro a agosto deste ano

Os Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos (Cejusc) do TJBA intermediaram um total de 3.176 acordos, no período de janeiro a agosto deste ano. Apenas na Comarca de Salvador foram 1.151 sentenças homologatórias. A resolução de conflitos de forma pacífica, evitando a judicialização, tem sido uma das prioridades da atual gestão do TJBA. Somente este ano, nove unidades do Cejusc foram inauguradas, sendo três na capital baiana e seis no interior do estado.



12, terça-feira



13, quarta-feira

Presidente do TJBA visita a Câmara dos Deputados, em Brasília

A presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, esteve na tarde de ontem (12) na Câmara dos Deputados, em Brasília, tratando de assuntos institucionais com o deputado Benito Gama, presidente da Comissão Especial que vai discutir o Projeto de Lei 6726/16, sobre o teto e extra teto remuneratório da Magistratura.



18, segunda-feira

Nupemec mobiliza as comarcas de Itabuna e Ilhéus para as Semanas de Conciliação

Magistrados, faculdades, representantes do governo municipal e instituições parceiras, como OAB, Ministério Público e Defensoria Pública das comarcas de Itabuna e Ilhéus participaram de reuniões, na última semana, para tratar sobre as Semanas de Conciliação 2017, do TJBA. O servidor do Núcleo responsável pela ação (Nupemec), Jorge Trindade, esteve nas comarcas promovendo encontros para troca de experiências e coleta de sugestões.

Presidente participa do 112º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça

A presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, participou do 112º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça. O evento, realizado em Mato Grosso, aconteceu no ano em que o Conselho celebra o Jubileu de Prata, e num momento em que a realidade do país requer a unidade entre os Poderes e a importância da tecnologia nas ações processuais.

15, quarta-feira



Planejamento do TJBA avança com terceira Reunião de Análise Estratégica

A 1ª vice-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria da Purificação da Silva, representando a chefe do Poder Judiciário, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, abriu os trabalhos da III Reunião de Análise Estratégica (RAE), que ocorreu no auditório da instituição, com uma série de atividades programadas pelo Comitê de Governança (CGOV).

19, terça-feira



15, sexta-feira

Estudantes de faculdades de Direito visitam o TJBA

Estudantes da Universidade Maurício de Nassau e da Faculdade Metropolitana de Camaçari (Famec), conheceram as instalações físicas do Tribunal de Justiça da Bahia. A visita, promovida pelo programa Conhecendo o Judiciário, da Assessoria Especial da Presidência (AEPJ) teve a participação da desembargadora Nágila Britto, responsável pela Coordenadoria da Mulher do TJBA.

20, quarta-feira

TJBA e ANS firmam acordo para garantir precisão em decisões relativas à saúde

O Tribunal de Justiça da Bahia e a Agência Nacional de Saúde (ANS) firmaram um termo de cooperação técnica para garantir o intercâmbio de informações relacionadas à regulamentação do mercado de assistência suplementar à saúde. O documento foi assinado pela presidente da corte, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, e a diretora de fiscalização da Agência, Simone Sanches Freire, na terça-feira (19).



TJSOCIAL *por Adriana Barreto*



Adreia Miranda, Márcia Borges, Lisbete César Santos

E DE REPENTE... 60!

Emoção, alegria e animação: essas três palavras descrevem muito bem o almoço surpresa que comemorou nessa terça-feira (12), os 60 anos (bem vividos) da desembargadora Lisbete César Santos, no Yatch Clube da Bahia. A convidada que mais se divertiu foi... ela, a aniversariante!!! Sorriu e festejou sem parar. A aniversariante fez um discurso descontraído e agradeceu, emocionada e feliz, a presença de todas. O agito rolou até o entardecer... Vida longa e felicidades para essa magistrada que é puro glamour e alegria de viver! Aos Flashes!



Lisbete César Santos e Carlota dos Humildes



Larissa Campos, Carolina Lucena, Jaciara Oliveira, Aládia Dantas e Lina Souza



Suelvia Reis e Adriana Braga



Nágila Brito e Socorro Habib



Pilar Claro e Márcia Borges



Cristiane Nascimento e Lisbete



Lourdes Medauar e Márcia Mascarenhas



Heloisa Graddi e Lisbete



Marielza Brandão, Regina Helena e Dinalva Laranjeira



Angela Bacellar e Graça Marina



Martha Moraes, Gardênia Duarte, Gabriela Macedo, Rosana Fragoso e Andrea Tourinho



Viviane Carneiro, Lisbete e Jacqueline Campos



Claudia Panetta e Darilda Mayer



Carmem Lúcia, Rosita Falcão, Lisbete, Nágila, Regina Helena, Heloisa, Dinalva e Pilar



Glória Souza e Rita Ramos



JUSTA HOMENAGEM

O burburinho jurídico da semana foi no Palácio da Reitoria da UFBA, às 19h do dia 30 de agosto. A Desembargadora Maria Adna Aguiar, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, comandou a solenidade de entrega das Comendas da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da Bahia – Comenda Ministro Coqueijo Costa, que foi criada em 2003 pelo TRT da Bahia para agradecer personalidades e instituições nacionais ou estrangeiras que tenham se destacado no Direito ou em outra atividade sociocultural ou prestado relevantes serviços à Justiça do Trabalho. Homenageia ainda a memória de Carlos Coqueijo Costa, que foi ministro do TST e presidente do TRT5-BA (1967 a 1971). Flashes acompanhou a solenidade que foi discreta, mas com muito glamour e emoção. Confira cliques de alguns dos homenageados:



Presidente Maria do Socorro Barreto Santiago



Desa. Lisbete César Santos



Des. José Edivaldo Rocha Rotondano



Des. Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro



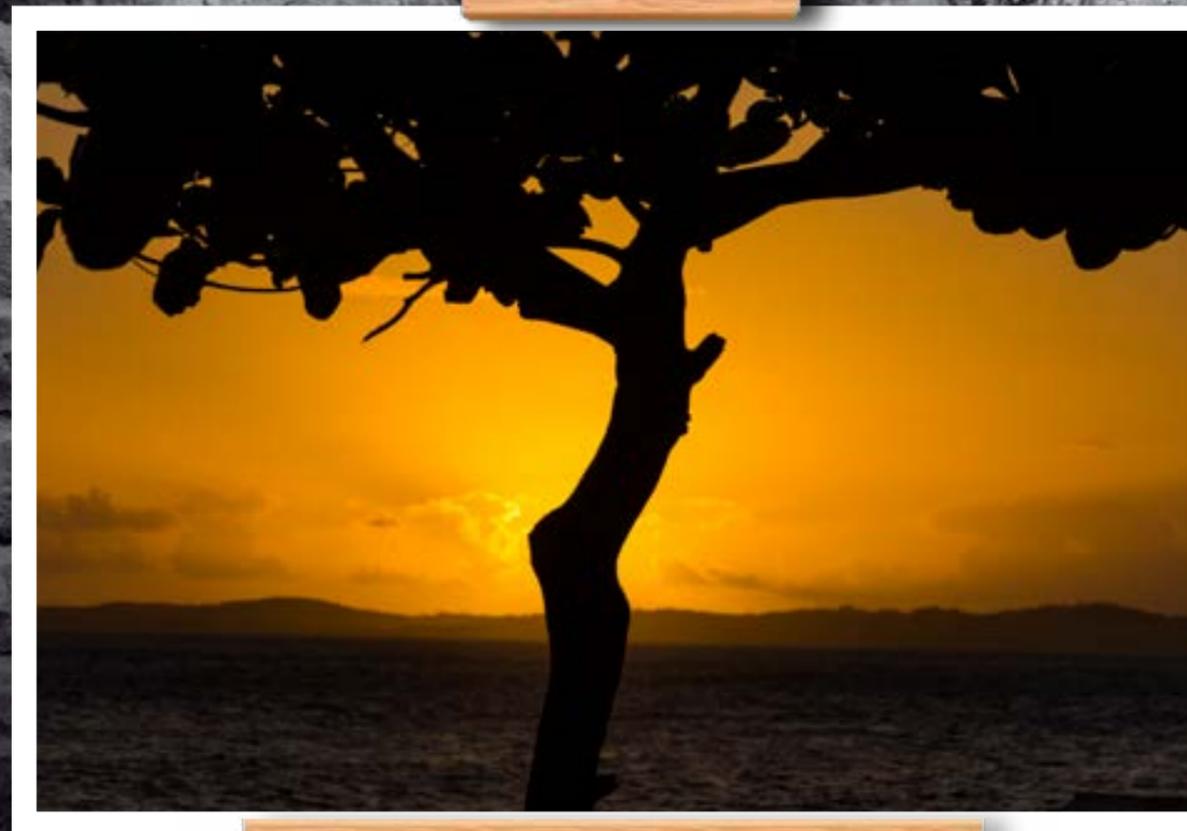
Des. Baltazar Miranda Saraiva



Juíza Marielza Brandão



Juiz Fábio Alessandro Costa Bastos



Domingo Dourado
Jeferson Ferreira
Assessor Técnico Administrativo da 1ª Vice-Presidência

McCartney canta em Salvador dia 20

Show marca 50 anos do disco Pepper's Lonely Hearts Club Band

A primeira vez que Paul McCartney veio ao Brasil foi em 1990, quando tocou e cantou para 184 mil pessoas, no Rio de Janeiro; retornou, três anos depois, e se apresentou em São Paulo e Curitiba. Gostou da recepção brasileira e voltou em cinco anos seguidos para shows em Porto Alegre e São Paulo (2010); Rio de Janeiro (2011); Recife e Florianópolis (2012); Belo Horizonte, Goiânia e Fortaleza (2013); e Espírito Santo, Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo (2014). Em nenhuma dessas ocasiões o ex-beatle desceu em Salvador.

Agora, três anos após sua última apresentação no Brasil, Paul McCartney, 75 anos, vai cantar na Arena Fonte Nova, dia 20 de outubro, após os shows que fará também em Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte.

Sua apresentação na Bahia acontece 50 anos após a trepidante banda inglesa The Beatles, que ajudara a fundar, haver lançado, em junho de 1967, o oitavo álbum de estúdio, o "Pepper's Lonely Hearts Club Band", e isso quando faltavam três anos para que Paul viesse a anunciar, no fatídico 10 de junho de 1970, a dissolução do

quarteto famoso. Mas antes de desligar os microfones, a banda ainda gravaria cinco outros álbuns, e depois cada um seguiria seu caminho, pois a batalha judicial final somente veio no 1974, quando o quarteto foi, oficialmente, desfeito.

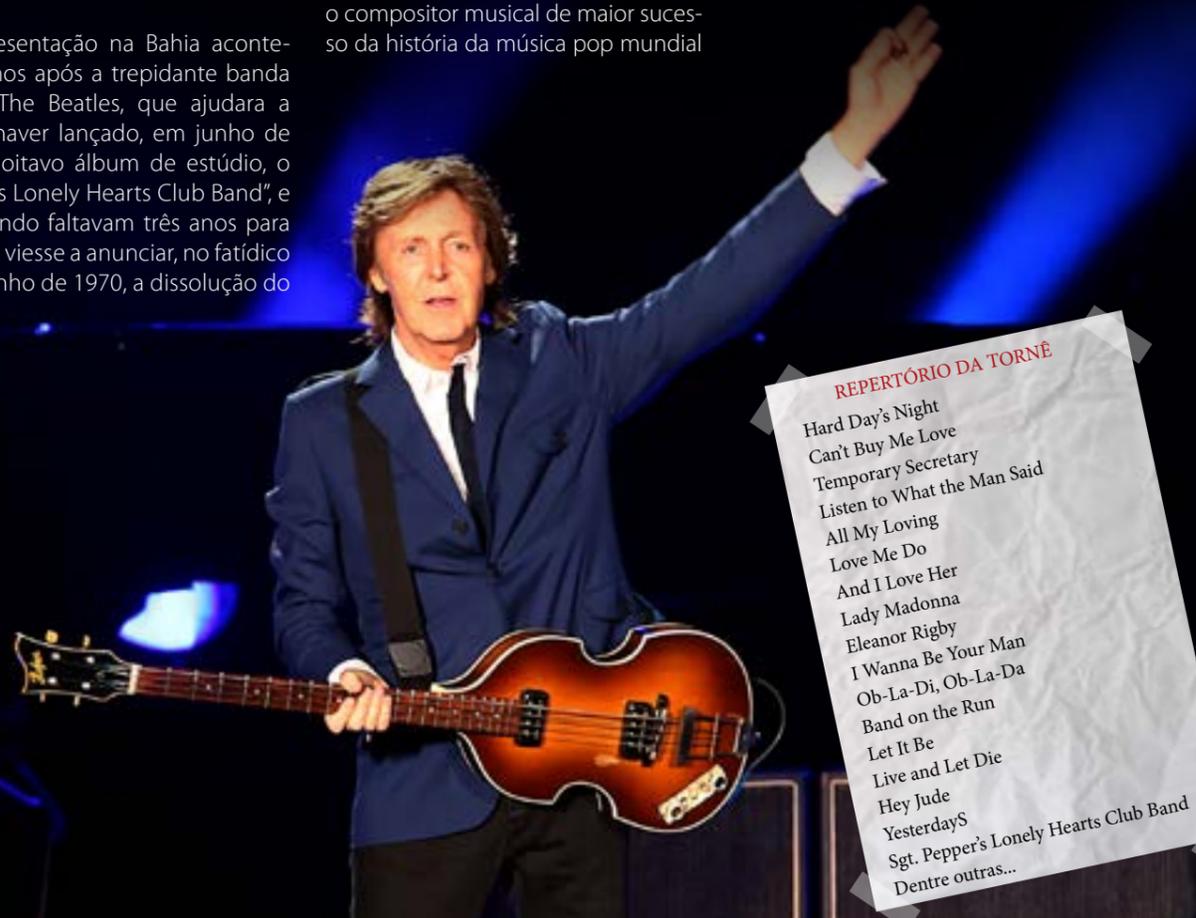
A parceria John Lennon e Paul McCartney, que se manteve entre 1962 e 1969, rendeu 180 canções escritas e publicadas, a maioria gravada pelos The Beatles.

Após a dissolução do grupo, da sua parte, Paul alternou seu trabalho musical entre uma balançada carreira solo e a turbulência no grupo Wings, que ele criara. Ao longo deste meio século de atividades, Sir James Paul McCartney – essa honraria de 'nobre cavalheiro' ele recebeu em 1997, da rainha Elizabeth II – projetou-se como o compositor musical de maior sucesso da história da música pop mundial

de todos os tempos. Essas canções, muitas delas da época dos Beatles, são partículas de Paul, não podem ser separadas, fazem parte da história do compositor e, como diz o próprio músico britânico, é preciso ser honesto quanto ao seu passado.

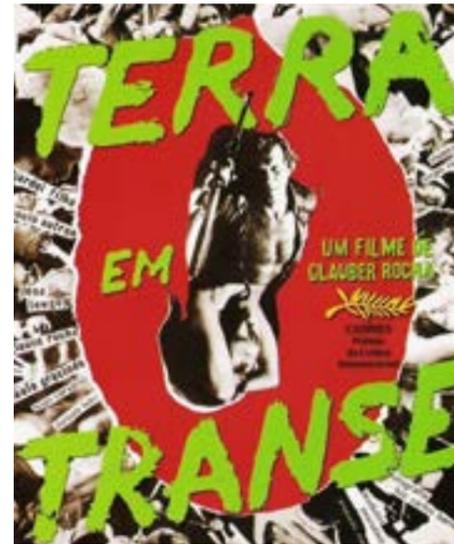
Por isso, muitas dessas canções serão revisitadas durante o show na Arena Fonte Nova, e não poderia ser diferente. Quem, de sua consciência, sairia contente se assistisse a um show de Paul McCartney e de lá saísse sem ouvir um das clássicas canções do The Beatles? Nem mesmo as mais recentes gerações, pois, como explica o psiquiatra suíço Carl Gustav Jung, vai prevalecer o inconsciente coletivo.

Ingressos: de R\$ 190 a R\$ 750



REPERTÓRIO DA TORNE

- Hard Day's Night
- Can't Buy Me Love
- Temporary Secretary
- Listen to What the Man Said
- All My Loving
- Love Me Do
- And I Love Her
- Lady Madonna
- Eleanor Rigby
- I Wanna Be Your Man
- Ob-La-Di, Ob-La-Da
- Band on the Run
- Let It Be
- Live and Let Die
- Hey Jude
- Yesterday
- Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band
- Dentre outras...



Filme completa 50 anos mostrando que a política brasileira envelheceu mal

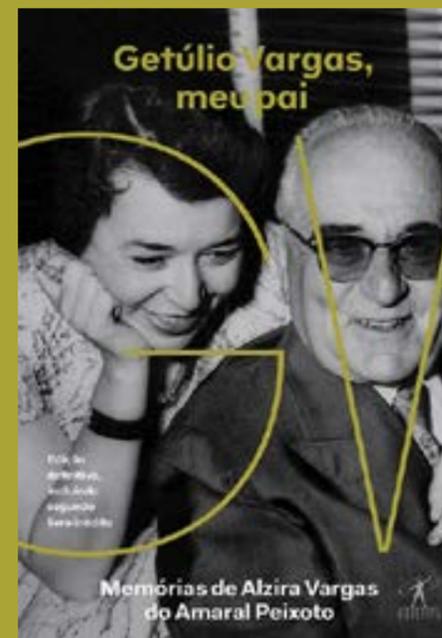
Poucos filmes captaram tão bem a realidade brasileira quanto Terra em Transe, dirigido e roteirizado pelo baiano Glauber Rocha há exatos 50 anos. A história se passa na fictício país de Eldorado, onde o jornalista e poeta Paulo Martins (Jardel Filho) mantém um inusitado vínculo com o conservador Porfírio Díaz (Paulo Autran).

Quando o último se elege senador, Paulo decide se mudar para a província de Alecrim, onde resolve apoiar o populista Felipe Vieira (José Lewgoy) para governador, na tentativa de formarem um novo líder político progressista, que combata as injustiças sociais do País. Contudo, ao ganhar a eleição, Vieira se mostra um fantoche das forças econômicas que financiaram sua campanha. Desiludido, Paulo retorna à capital.

Em seu regresso, o empresário Júlio Fuentes (Paulo Gracindo) lhe conta que o presidente é apoiado por uma poderosa multinacional que deseja assumir o controle de Eldorado. Quando Díaz decide disputar a presidência com o apoio de Fernandez, as coisas fogem de controle.

Não se deixe intimidar pela encenação teatral, ou pelos diálogos ultra-rebuscados, Terra em Transe é uma das mais indispensáveis obras da cinematografia brasileira. O filme mostra como a sociedade do Brasil pós-golpe militar de 1964 vivia em uma espécie de estado alterado de consciência coletivo, e amargura, que fazia a população se submeter a um populismo rasteiro proposto por uma elite burguesa obcecada pelo poder.

Em um contexto no qual situação e oposição oferecem qualquer resquício de ideologia em balcões de troca onde é negociada a permanência de um status quo, os tipos e situações criados por Rocha permanecem atuais. Assim, Terra em Transe não apenas chega aos 50 anos em ótima forma, como denuncia que a sociedade e política brasileira como um todo envelheceu terrivelmente mal e inalterada.



"Getúlio Vargas, meu pai"
Editora Objetiva, 560 páginas, R\$ 60,00

É claro que se pode ler livros e mais livros sobre a vida de Getúlio Vargas (1882-1954), eles estão por toda parte, mas é bom que se saiba que nem todos eles poderão ser levados para a estante da História. Uns, por serem meramente biográficos, e biografia nem sempre é história; outros, por se aproximarem da propaganda do Departamento de Imprensa e Propaganda (Dip) do Estado Novo, o regime político criado e administrado por Vargas como presidente do Brasil, entre novembro de 1937 e janeiro de 1946. E propaganda nem sempre é história. Por isso, é bom ler mais de um livro biográfico, no caso de a vida do personagem e a história serem do seu interesse. Um livro que foge daquelas características, e que ajuda na compreensão dos meandros da política brasileira – entendendo-se aqui a forma como se chega ao poder, como se deixa ou se é deposto –, é "Getúlio Vargas, meu pai", escrito por Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1914-1992). Alzira Vargas era responsável pelo arquivo do pai, na condição de auxiliar de gabinete da Presidência da República, e publicou o livro em 1960, seis anos após a morte dele. Passados 25 anos, sua filha, a socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto, reuniu notas e apontamentos feitos posteriormente pela mãe e incluiu uma segunda parte ao livro, a saber, a morte de Getulino, irmão mais novo de Alzira; o rompimento do Brasil com o Eixo; e o grave acidente de automóvel sofrido por Getúlio em 1942. Na primeira parte do livro está a vida do político gaúcho entre 1923 e 1937.



Ana Paula Santana
Professora

Tirando de letra

Antes de iniciarmos nosso bate-papo, gostaria de agradecer a generosidade do colega Carlos Machado por dividir sua coluna conosco e abrir este espaço para trocarmos nossas experiências com vocês, prezados leitores.

Certa vez, no início da carreira, ao sair de um cursinho pré-vestibular que lecionava, à noite, no bairro de Itapuã, nesta cidade, sempre pegava o mesmo coletivo informal: a famosa van. Devido à rotina, acabei "fazendo amizade" com o cobrador. Numa determinada noite, esse transporte passou antes do horário e perdi o coletivo, que indignação! No outro dia, conversei com meu "coligado" (como chamamos os "amigos" em Salvador) se eles tinham um horário fixo para passar no ponto de ônibus. E ele sempre bem disposto respondeu:

"Pró aí varêia... varêia ... proquê o certo mermo seria 22h mas tem dias pró que a barriga aperta e nós passa antes para largar logo serviço... então varêia..." Eu, professora recém-formada, toda apropriada da Língua Portuguesa, num ímpeto imediatamente corrijo o "varêia" por "varia". E ele me questionou: "Pró a senhora entendeu o que quis dizer... é isso que importa, né mermo? E pra resolver nosso problema libera os guris 10 min antes para garantir seu transporte". Bastante reflexiva com esse episódio, fui percebendo o quanto nossa Língua Portuguesa sofre variações, principalmente sociais.

Dando continuidade as minhas "andanças" profissionais, em 2007, 3 anos depois da história do cobrador, fiz uma pesquisa para um trabalho na UNEB / SSA, onde fazia uma disciplina, como aluna especial: Língua, cultura e escola, da Profª Drª Kátia Mota, no Mestrado de Educação. Nesse trabalho, ao entrevistar uma aluna do EJA (Educação de Jovens e Adultos), questionei-a sobre o motivo pelo qual ela abandonou seus estudos no meio do processo de aprendizagem; se não tinha vontade de aprender a ler e escrever. Ela me respondeu que tinha muita vontade de aprender a ler e escrever, porém preferia ir à Igreja, pois lá era ouvida e, na escola, ninguém a escutava. Essa fala me inquietou bastante e foi crescendo a vontade de aprofundar tal temática. Como na escola essa jovem-adulta, que ainda tem sede de aprendizado, não se sente contemplada? O que está acontecendo com o ensino da nossa Língua Portuguesa?

Fui conversar com minha orientadora, Profª Drª Kátia Mota, que me contou uma história: "Era uma vez, uma professora chamada Maria, como usual, pediu para as crianças repetirem as palavras com ela em voz alta. E começou: A de amor, todos repetem; B de balde, todos repetem; exceto Joãozinho, que repetiu em voz alta 'bardi!'. A professora Maria compreendeu-o com severidade. Na mesma hora, ele, timidamente, virou para o colega ao lado e disse: "Coitada da professora, minha avó, que é minha avó fala bardie ela vem dizer que é balde".

Da criança ao adulto, todos chegam à escola com seu repertório linguístico de acordo com sua origem e influenciados pelo ambiente em que vivem. Principalmente os adultos, que pararam de estudar cedo para trabalhar na busca de sua sobrevivência e, quando voltam a estudar, se deparam com um sistema de ensino nada atrativo e nada receptivo. O ideal seria que a apropriação de leitura e escrita fosse feita a partir do contexto sociocultural do indivíduo, justificando-se pela perspectiva de tornar o ensino da leitura e escrita significativo, a partir da valorização da cultura do jovem e/ou adulto, seu contexto de vida local, regional, crenças e valores.

Apesar de nós, educadores, termos consciência de que os indivíduos pertencem a ambientes diferentes com realidades e necessidades diferenciadas, fazemos parte de um sistema que submete os sujeitos com diferenças culturais, sociais, linguísticas, étnicas, cognitivas e sensoriais a se submeterem às mesmas técnicas de aprendizado da leitura e escrita, num universo escolar, que mantém os mesmos métodos de ensino-aprendizagem, o que dificulta a inserção desse indivíduo no mundo letrado.

Dessa forma, o nosso "amigo", cobrador da van, poderia chegar na escola e encontrar, por exemplo, um texto que abordasse o tema sobre transporte alternativo, assunto que lhe seria familiar e, assim sendo, o interesse seria mais consciente, a trocar o "varêia" pelo "varia"; e nossa "amiga", aluna do EJA, conseguiria permanecer na escola pois encontraria um ambiente contextualizado à sua realidade. Sem esquecermos do nosso Joãozinho, que tomaria consciência das variações da nossa língua. Nem sempre uma didática que funciona num local tem eficácia em outro. Pensemos!



UNICORP

UNIVERSIDADE CORPORATIVA TJBA

CONHECIMENTO
A SERVIÇO DA JUSTIÇA

www.tjba.jus.br/unicorp



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA